

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.822 - DF (2019/0189206-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : FRANCISCO FERNANDES DE ABREU (PRESO)
ADVOGADOS : CAROLINE MOREIRA COSTA (ASSISTÊNCIA
JUDICIÁRIA) - DF047096
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por **FRANCISCO FERNANDES DE ABREU**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso preventivamente em decorrência de equívoco no cumprimento de mandado de prisão pela autoridade policial do DF, que não teria checado todos os dados de identificação do acusado, que tem um irmão mais velho, de mesmo nome e filiação, o qual seria o destinatário da ordem judicial de constrição cautelar.

Irresignada, a Defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de origem, ao qual foi negado seguimento monocraticamente pelo em. Desembargador Relator. Interposto agravo interno em face do **decisum**, a eg. Corte local negou provimento ao recurso, conforme v. acórdão de fls. 201-206 assim ementado:

"AGRAVO INTERNO EM . DECISÃO DE RELATOR QUE NEGA SEGUIMENTO HABEAS CORPUS À IMPETRAÇÃO. INCOMPETÊNCIA DO TJDF. RECURSO DESPROVIDO.

1. Tratando-se de ordem de prisão exarada por Juiz integrante de Tribunal diverso, no caso, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o TJDF é flagrantemente incompetente para processar e julgar o impetrado. habeas corpus

2. O fato de a ordem de prisão cautelar expedida contra o agravante ter sido cumprida no Distrito Federal, estando ele preso em estabelecimento penal do DF até que seja recambiado, não altera a competência para o julgamento do

Superior Tribunal de Justiça

remédio constitucional.

3. Recurso conhecido e improvido."

No presente recurso ordinário, a Defesa reitera as alegações vertidas na origem sustentando, em síntese, que, *"os autos do presente procedimento trazem elementos suficientes a demonstrar a reiterada omissão do Poder Judiciário em seu poder-dever de relaxar a prisão do paciente, bastando para tanto apenas conferir os dados pessoais constantes de sua documentação de identificação, comparando-os com os dados de seu irmão homônimo"* (fls. 216-217).

Aduz que *"tem tomado vulto maior a discussão sobre competência jurisdicional para realizar a análise sobre a existência do erro, ficando em segundo plano o sofrimento que se vem impingindo ao paciente, cuja liberdade se vê dependente de uma discussão estéril, qual seja, se incumbe à Justiça do Distrito Federal ou à do Rio de Janeiro constatar e corrigir o erro grosseiro que o levou ao inferno do sistema penitenciário"* (fl. 217).

Assere que *"a prisão equivocada foi levada a cabo por autoridade policial do Distrito Federal, razão pela qual a competência para análise da regularidade da prisão é da Justiça do Distrito Federal, uma vez que não se está a impugnar a regularidade da decretação da prisão preventiva nos autos da ação penal em trâmite na 2ª Vara Criminal de São Gonçalo, tampouco se os dados constantes do respectivo mandado de prisão estavam corretos"* (fl. 218).

Ressalta que *"a 3ª Turma Criminal sequer apreciou o fundamento nuclear do habeas corpus impetrado pela defesa – o erro grosseiro com que efetuada a prisão do paciente por agentes do Distrito Federal -, o que contraria dispositivos constitucionais e legais afetos à necessidade de fundamentação idônea que deve amparar as decisões judiciais"* (fl. 220).

Requer, por fim, o conhecimento e provimento do recurso para restituir *"em definitivo a liberdade do paciente, com determinação de comunicação imediata à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal e à 2ª*

Superior Tribunal de Justiça

Vara Criminal de São Gonçalo/RJ, para conhecimento da decisão e adoção das cautelas necessárias a evitar reiteração dos lamentáveis erros cometidos em prejuízo irreparável à liberdade e à dignidade do paciente" (fl. 222).

A liminar foi **indeferida** às fls. 230-233.

As informações foram prestadas às fls. 237-309.

O Ministério Público Federal, às fls. 316-317, manifestou-se pela prejudicialidade do **writ**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. ACUSADO QUE SE DIZ SER VÍTIMA DE ERRO JUDICIÁRIO. HOMÔNIMO DE SEU IRMÃO MAIS VELHO. SUPERVENIENTE DECISÃO DO JUÍZO DE DIREITO REVOGANDO A PRISÃO E CONCEDENDO LIBERDADE PROVISÓRIA. PERDA DE OBJETO. PREJUDICADO."

É o relatório.

Decido.

O presente recurso ordinário em **habeas corpus** está prejudicado.

Isto porque, em conformidade com o parecer do Ministério Público Federal, o d. Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de São Gonçalo/RJ, revogou, nos autos da **ação penal n. 12318-08.2017.8.19.0004**, a prisão preventiva do recorrente, determinando a expedição do respectivo alvará de soltura, nos termos seguintes (fl. 317):

*"Tendo em vista que o Ministério Público postulou a absolvição em alegações finais, **REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA DOS RÉUS. EXPEÇAM-SE ALVARÁS DE SOLTURA** em favor dos acusados."*

Em consulta ao sítio eletrônico do eg. Tribunal de origem, constatei que, de fato, em **8/8/2019**, o d. Juízo de 1º Grau revogou a prisão e determinou fossem **expedidos os alvarás de soltura** em favor do paciente e demais acusados.

Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade deste recurso,

Superior Tribunal de Justiça

ante a perda superveniente de seu objeto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em **habeas corpus**.

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator

